



**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES ENVOLVENDO AS EMPRESAS JBS E J&F EM OPERAÇÕES REALIZADAS COM O BNDES E BNDES-PAR OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2016, QUE GERARAM PREJUÍZOS AO INTERESSE PÚBLICO, OS PROCEDIMENTOS DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OS ACIONISTAS DAS EMPRESAS JBS E J&F (CPMI JBS)



**REQUERIMENTO Nº , DE 2017**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, com o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta CPMI o pedido ora formulado de REQUISICÃO, à Procuradoria-Geral da República – PGR, de cópia de inteiro teor de protocolos, guias, manuais de boas práticas ou outro documento destinado a orientar os membros de qualquer dos Ministérios Públicos da União (MPU) no tange à implementação da colaboração premiada (delações premiadas) de que trata a Lei nº 12.850/2013, bem como ementa e conteúdo programático de cursos, vídeos aulas e outros matérias sobre o tema destinados à formação/capacitação dos integrantes do MPU.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem a finalidade de investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em operações realizadas com o BNDES e BNDES-PAR ocorridas entre os anos de 2007 a 2016, que geraram prejuízos ao interesse público; e os procedimentos do acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e os acionistas das empresas JBS e J&F.



## CONGRESSO NACIONAL

Para melhor organizar seus trabalhos, a CPMI subdivide-se em três sub-relatorias. A *Sub-relatoria de Investigação dos Vazamentos em Delações Premiadas e Aperfeiçoamento Legislativo* destina-se justamente a compreender o *modus operandi* das delações premiadas, visando eventuais proposições legislativas para aperfeiçoar o instituto.

Este requerimento solicita à Procuradoria-Geral da República – PGR cópia de inteiro teor de protocolos, guias, manuais de boas práticas ou outro documento destinado a orientar os membros de qualquer dos Ministérios Públicos da União (MPU) no tange à implementação da colaboração premiada (delações premiadas) de que trata a Lei nº 12.850/2013, bem como ementa e conteúdo programático de cursos, vídeos aulas e outros matérias sobre o tema destinados à formação/capacitação dos integrantes do MPU.

Por entender que referidos documentos são fundamentais para esta CPMI, solicitamos o apoio dos nobres pares.

**Deputado WADIIH DAMOUS (PT/RJ)**

**SUB-RELATOR**

**Deputado PAULO PIMENTA (PT/RJ)**

**Senador PAULO ROCHA (PT/PA)**



CD/17417.46304-49